

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

EDITAL nº 21/2026

PREGÃO ELETRÔNICO nº 21/2026
PROTOCOLO ADMINISTRATIVO nº 5827/2026

OBJETO: Registro de preço para eventuais aquisições de medicamentos alopáticos com a finalidade de atender a demanda da Secretaria de Saúde pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referência.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.645.163,95

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 20 DE MAIO DE 2026

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 8:00 HORAS DE 20 DE MAIO DE 2026

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 9:30 HORAS

PORTARIA Nº 221/2025 DE 21 DE JANEIRO DE 2025: Pregoeiro Oficial.

PORTARIA Nº 314/2025 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025: Pregoeiro Oficial.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - site www.bll.org.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Tratamento diferenciado conforme item 3.6.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fis. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

SUMÁRIO

01. DO OBJETO.....	03
02. DA REGISTRO DE PREÇOS	03
03. DAS PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	04
04. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO...	06
05. DO PREENCHIMENTO E GARANTIA DA PROPOSTA	08
06. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	09
07. DA FASE DE JULGAMENTO	11
08. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
09. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
10. <i>DOS RECURSOS</i>	17
11. <i>DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES</i>	18
12. <i>DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO</i>	20
13. <i>DISPOSIÇÕES GERAIS</i>	21
14. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	23
15. ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	25
16. ANEXO III – TERMO DE CIENCIA E NOTIFICAÇÃO	38
17. ANEXO IV - <i>Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa Enquadrada no Art. 34 da Lei nº 11.488/2007</i>	46
18. ANEXO V - <i>MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA</i>	47
19. ANEXO VI - <i>MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL</i>	49

EDITAL

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. Nº
	Secretaria Municipal de Compras	

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

(Protocolo Administrativo nº 5827/2026)

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU, por meio da Secretaria Municipal de Compras, sediada Rua Washington Luiz, 819, Centro, CEP: 18950-025, Ipauçu-SP, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa **ABERTO**, através da Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões - site www.bll.org.br, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06 e Decretos Municipais nº 509, 511, 512, 513, 515, 516, 518, 526, 527/2023 e demais decretos necessários (<https://www.gdoe.com.br/publicacao/?arg=6437fb303f1d8.pdf>), publicados em 13 de abril de 2023 no Diário Oficial de Ipauçu (www.ipaussu.sp.gov.br), e demais legislação aplicável, instruções normativas e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Ipauçu, através do endereço eletrônico www.ipaussu.sp.gov.br, na Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões, site www.bll.org.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Ipauçu, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico www.bll.org.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal e, www.ipaussu.sp.gov.br.

A Administração não se responsabilizará caso o pretendente licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preço para eventuais aquisições de medicamentos alopáticos com a finalidade de atender a demanda da Secretaria de Saúde pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referência.

1.2. A licitação será por ITEM, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. Nº
	Secretaria Municipal de Compras	

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação e que estiverem previamente credenciados na Plataforma digital: www.bll.org.br.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. *Para participação a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com suas alterações, deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista.*

3.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério desta Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016).

3.5.2. A não-regularização da documentação pela ME, EPP e MEI, no prazo previsto no subitem anterior, **implicará na decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e na legislação de vigência, convocando-se os demais licitantes para a continuidade do certame

3.5.3. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido **tratamento favorecido** para as **MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.7. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. Nº
	Secretaria Municipal de Compras	

com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.14. estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ipaussu, tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.15. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do portal eletrônico Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões, site www.bll.org.br e apresentar Declaração (Anexo V) que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa. Modelo de Declaração (Anexo IV)

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO E GARANTIA DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário do item e valor total;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico www.bll.org.br, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor por item**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$0,001 (um milésimo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado **“ABERTO”**.

6.11. O modo de disputa adotado para o envio de lances no pregão eletrônico será o **“ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de **DESCONEXÃO** com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico www.bll.org.br, poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguida de lances).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento

6.19.1. **Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ser o mesmo para todos os itens.**

6.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.5. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.1.3. Relação de Apenados (TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados> .

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.3 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será **DESCLASSIFICADA** a proposta vencedora que:

- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal nº 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária acompanhado de prova da diretoria em exercício;

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- g) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- h) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida pela Procuradoria do Estado da Fazenda junto à PGE-SP.

8.1.2.1. Os documentos referidos nos itens acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.1.2.2. A comprovação de atendimento do disposto nos incisos “c”, “d” e “e” deverão ser feita na forma da legislação específica.

8.1.2.3. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

8.1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

8.1.3.1. Certidão Negativa de feitos falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, pessoa jurídica, em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

8.1.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES art. 66 da lei Federal nº 14.133/21

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

8.1.4.1. Cópia de **Licença Sanitária** Municipal ou Estadual expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde a **LICITANTE**, estiver instalada, caso esteja vencido, deverá apresentar a **cópia** da petição de solicitação de renovação acompanhado da cópia da licença vencida; (**art. 66 da lei Federal nº 14.133/21**)

8.1.3.2. Autorização de Funcionamento (AFE), Emitidos Pela ANVISA

8.1.3.3. Alvará de Funcionamento (art. 66 da lei Federal nº 14.133/21)

8.1.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

8.1.5. A proponente vencedora deverá declarar, em documento único (conforme modelo Anexo V)

8.1.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.7. A falsidade da declaração de que trata o item 8.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser **substituídos por registro cadastral** emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação poderá ser verificada por meio dos nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. Nº
	Secretaria Municipal de Compras	

8.8.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10. A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS SOMENTE SERÁ FEITA EM RELAÇÃO AO LICITANTE VENCEDOR. (Art. 63, II da Lei nº 14.133/21).

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA**, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação pela(o) Pregoeira(o), prorrogável por igual período, sob pena de **INABILITAÇÃO**.

8.10.2. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.3. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. Nº
	Secretaria Municipal de Compras	

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez)** minutos.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.bll.org.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. fraudar a licitação;

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fis. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades em lei e no Edital de Licitação. (Art. 71, §5º, Decreto 513/2023)

11.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil** anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente pelo site: www.bll.org.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: www.bll.org.br e/ou site: www.ipaussu.sp.gov.br.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta de Ata de Registro de Preços
ANEXO III	Termo de Ciência e Notificação
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa Enquadrada no Art. 34 da Lei nº 11.488/2007
ANEXO V	Modelo de Declaração Unificada
ANEXO VI	Modelo de Proposta Comercial

Ipauçu, 07 de maio de 2026.

LUIZ CARLOS SOUTO
Prefeito Municipal

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. Nº
	Secretaria Municipal de Compras	

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

Registro de preço para eventuais aquisições de medicamentos alopáticos com a finalidade de atender a demanda da Secretaria de Saúde pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referência.

2- DESCRIÇÃO DO OBJETO

Item	Produto	Unid.	Qd. Cotada	Valor Unit. Médio
1	01.1.31411 - Cetorolaco de trometamol, 10MG, sub-lingual	UN	1.500	R\$0,583
2	06.1.10621 - FUROSEMIDA 40 MG	CAP	15.000	R\$0,059
3	06.1.13084 - TIBOLONA 1,25 MG	CAP	1.200	R\$1,780
4	06.1.23472 - DEXTRANO 70 + HIPROMELOSE 0,1%+0,3% SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FR	1.020	R\$22,750
5	06.1.23477 - DIPIRONA 500 MG SOLUÇÃO, FRASCO GOTAS	FR	1.000	R\$1,178
6	06.1.23590 - MUPIROCINA 20MG/G CREME	TB	300	R\$22,003
7	06.1.23598 - NIFEDIPINO 20 MG, RETARD	CAP	15.000	R\$0,115
8	06.1.23620 - PERMANGANATO DE POTASSIO 100 MG.	CAP	600	R\$0,570
9	06.1.23762 - N-ACETILCISTEINA 600 MG (SACHE).	SC	16.000	R\$1,006
10	06.1.31299 - FAMOTIDINA 20 MG	CAP	1.500	R\$1,690
11	06.1.31311 - RAMIPRIL 10 MG	CAP	900	R\$1,813
12	06.2.20807 - NIMODIPINA 30MG	CAP	900	R\$0,810
13	08.1.38067 - CLORIDRATO DE DOXICICLINA 100MG	CAP	10.000	R\$0,412
14	08.1.39765 - Ramipril 5 mg	CAP	900	R\$0,972
15	14.1.10695 - Sinvastatina 20 mg	CP	1.200	R\$0,095
16	14.1.13037 - Ivermectina 6 mg	CP	6.000	R\$0,321
17	14.1.23666 - Tobramicina 3 mg/ml - solução oftálmica	FR	200	R\$4,973
18	14.1.23683 - Valsartana 320 mg	CP	8.000	R\$0,850
19	14.1.23768 - Sulfato Ferroso 40 mg	CP	45.000	R\$0,032
20	14.1.36116 - Valsartana 160 mg	CP	5.000	R\$0,807
21	14.1.36173 - Rifampicina 10 mg/ml spray	FR	100	R\$4,976
22	14.1.36209 - Itraconazol 100 mg	CP	30.000	R\$0,763
23	14.1.36783 - Carvedilol 25 mg	CP	30.000	R\$0,200
24	14.1.36818 - Diacereina 50 mg	CAP	50.000	R\$5,217
25	14.1.36846 - Fluconazol 150 mg	CAP	5.000	R\$0,470
26	14.1.36885 - Piroxicam 20 mg	CAP	10.000	R\$0,267
27	14.1.36966 - EDOXABANA 60 MG	CP	1.200	R\$2,867
28	14.1.36994 - LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	CP	45.000	R\$0,163
29	14.1.36996 - PARACETAMOL 500 MG	CP	50.000	R\$0,069
30	14.1.37034 - Aciclovir 200 mg	CP	9.000	R\$0,385
31	14.1.37035 - Ácido Fólico 5 mg	CP	40.000	R\$0,052
32	14.1.37036 - Ácido Tranexâmico 250 mg	CP	3.600	R\$1,463
33	14.1.37057 - Amoxicilina 500 mg	CP	25.000	R\$0,269
34	14.1.37066 - Azatioprina 50 mg	CP	1.500	R\$1,587
35	14.1.37067 - Azitromicina 500 mg	CP	15.000	R\$1,003
36	14.1.37074 - Benzilpenicilina Benzatina 1:200.000 UI	AMP	1.200	R\$7,893
37	14.1.37082 - Bisacodil 5 mg	CP	3.000	R\$0,172

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU**

CNPJ: 44.563.583/0001-34

Fls. Nº

Secretaria Municipal de Compras

38	14.1.37103 - Captopril 25 mg	CP	8.000	R\$0,053
39	14.1.37114 - Carvedilol 6,25 mg	CP	15.000	R\$0,093
40	14.1.37115 - Carvedilol 12,5 mg	CP	25.000	R\$0,143
41	14.1.37130 - Cilostazol 100 mg	CP	40.000	R\$0,501
42	14.1.37132 - Ciprofloxacino 2 mg + Hidrocortisona 10 mg otológica (Otocirax)	FR	400	R\$49,033
43	14.1.37138 - Clindamicina 300 mg	CP	3.000	R\$1,168
44	14.1.37149 - Clonidina, cloridrato 0,100 mg	CP	20.000	R\$0,327
45	14.1.37150 - Clonidina, cloridrato 0,150 mg	CP	15.000	R\$0,370
46	14.1.37190 - Digoxina 0,25 mg	CP	3.000	R\$0,161
47	14.1.37245 - Glibenclamida 5 mg	CP	8.000	R\$0,049
48	14.1.37248 - Glimepirida 2 mg	CP	6.000	R\$0,095
49	14.1.37249 - Glimepirida 4 mg	CP	3.000	R\$0,100
50	14.1.37256 - Hidroclorotiazida 25 mg	CP	3.000	R\$0,028
51	14.1.37260 - Ibuprofeno 300 mg	CP	50.000	R\$0,089
52	14.1.37261 - Ibuprofeno 600 mg	CP	35.000	R\$0,159
53	14.1.37287 - Levotiroxina sódica 100 mcg	CP	45.000	R\$0,157
54	14.1.37289 - Levotiroxina sódica 150 mcg	CP	35.000	R\$0,422
55	14.1.37290 - Levotiroxina sódica 175 mcg	CP	10.000	R\$0,500
56	14.1.37303 - Losartana Potássica 100 mg	CP	12.000	R\$0,270
57	14.1.37307 - Meloxicam 15 MG	CP	15.000	R\$0,140
58	14.1.37316 - Metildopa 250 mg	CP	25.000	R\$0,426
59	14.1.37324 - Metronidazol 250 mg	CP	8.000	R\$0,194
60	14.1.37339 - Naproxeno 500 mg	CP	1.500	R\$0,496
61	14.1.37342 - Nimesulida 100 mg	CP	40.000	R\$0,070
62	14.1.37347 - Nitazoxanida 500 mg	CP	600	R\$2,169
63	14.1.37349 - Nitrofurantoína 100 mg	CP	10.000	R\$0,275
64	14.1.37351 - Norfloxacin 400 mg	CP	3.000	R\$0,337
65	14.1.37364 - Paracetamol 750 mg	CP	15.000	R\$0,121
66	14.1.37387 - Propatilnitrato 10 mg	CP	30.000	R\$0,620
67	14.1.37388 - Propranolol 40 mg	CP	10.000	R\$0,038
68	14.1.37402 - Rivaroxabana 15 mg	CP	5.000	R\$0,293
69	14.1.37407 - Sacubitril + Valsartana 49/51 mg	CP	6.000	R\$5,257
70	14.1.37408 - Sacubitril + Valsartana 97/103 mg	CP	6.000	R\$5,412
71	14.1.37426 - Sulfametoxazol 400 mg + Trimetoprima 80 mg	CP	6.000	R\$0,189
72	14.1.37477 - Varfarina Sódica 5 mg	CP	5.000	R\$0,191
73	14.1.37493 - ALBENDAZOL 40 MG/ML	FR	1.200	R\$1,373
74	14.1.37501 - CEFALEXINA 500 MG	CP	18.000	R\$0,688
75	14.1.37524 - SIMETICONA 75 MG/ML	FR	3.000	R\$1,493
76	14.1.37537 - GLICLAZIDA 30 MG	CP	80.000	R\$0,097
77	14.1.37572 - TICAGRELOR 90 MG	CP	990	R\$4,867
78	14.1.37616 - CETOCONAZOL 2% SHAMPOO 100 ML	FR	800	R\$7,787
79	14.1.37618 - CICLOBENZAPRINA 5 MG	CAP	60.000	R\$0,068
80	14.1.37632 - DOMPERIDONA 1 MG/ML SUSPENSÃO 100 ML	CAP	800	R\$9,952
81	14.1.37640 - FINASTERIDA 1 MG	CAP	900	R\$0,615
82	14.1.37650 - LANSOPRAZOL 30 MG	CAP	1.500	R\$0,887
83	14.1.37669 - SULFADIAZINA DE PRATA 10 MG/G 50 G	BIS	1.000	R\$6,735
84	14.1.37676 - UCII 40 MG	CAP	30.000	R\$0,950
85	14.1.37693 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG	CP	80.000	R\$0,035

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU**

CNPJ: 44.563.583/0001-34

Fls. Nº

Secretaria Municipal de Compras

86	14.1.37697 - ALBENDAZOL 400 MG	CP	8.000	R\$0,622
87	14.1.37698 - ALOPURINOL 100 MG	CP	18.000	R\$0,228
88	14.1.37702 - BACLOFENO 10 MG	CP	30.000	R\$0,257
89	14.1.37705 - Bromoprida 10 mg	CP	60.000	R\$0,357
90	14.1.37706 - Bromoprida 4mg/ml	FR	1.000	R\$2,390
91	14.1.37710 - Ceftriaxona 1g IM/IV	AMP	1.500	R\$5,370
92	14.1.37712 - Cetoprofeno 50 mg	CP	6.000	R\$0,267
93	14.1.37713 - Cetoprofeno 100 mg	CP	25.000	R\$1,073
94	14.1.37714 - Cetoprofeno 150 mg	CP	6.000	R\$0,800
95	14.1.38054 - Cimetidina 200 mg	CP	8.000	R\$0,347
96	14.1.38117 - Enantato de Noretisterona + Valerato de Estradiol 50 + 5 mg/ml	AMP	600	R\$7,786
97	14.1.38120 - Espironolactona 100 mg	CP	20.000	R\$0,651
98	14.1.38153 - Prednisona 5 mg	CP	10.000	R\$0,070
99	14.1.38154 - Prednisona 20 mg	CP	15.000	R\$0,168
100	14.1.38173 - Tibolona 2,5 mg	CP	10.000	R\$0,873
101	14.1.39726 - Hidrocortisona 500 mg	CP	600	R\$5,470
102	14.1.39730 - Levonorgestrel 0,75 mg	CP	600	R\$0,937
103	14.1.39742 - Pentoxifilina 400 mg	CP	6.000	R\$1,933
104	14.1.39769 - LACOSAMIDA 100 MG	CP	720	R\$3,840
105	14.1.39773 - IVABRADINA 5 MG	CP	900	R\$2,344
106	14.1.39792 - LEVODOPA+BENSERAZIDA 200MG+50MG COMPRIMIDO	CP	1.500	R\$3,670
107	14.1.39793 - LEVOTIROXINA SODICA 50MCG COMPRIMIDO	CP	45.000	R\$0,131
108	14.1.39827 - FUROSEMIDA 10MG/ML SOL INJ AMP 2ML	AMP	1.000	R\$1,670
109	14.1.39857 - ALOPURINOL 300MG COMPRIMIDO	CP	20.000	R\$0,282
110	14.1.39861 - BUDESONIDA 50MCG SUSP ORAL P/INALAÇÃO NASAL SPRAY C/120 DOSES	SPRAY	900	R\$47,140
111	14.1.39866 - CARBONATO DE CALCIO 1250MG (500MG) +400UI VIT D	UN	30.000	R\$1,027
112	14.1.39920 - CLORIDRATO DE METOCLOPRAMINA 10MG COMPRIMIDO	CP	3.000	R\$0,066
113	14.1.39958 - Pioglitazona 15mg	CP	990	R\$0,987
114	14.1.39969 - Oseltamivir 30 mg	CAP	900	R\$5,343
115	14.1.39970 - Oseltamivir 45 mg	CAP	900	R\$8,173
116	14.1.39971 - Oseltamivir 75 mg	CAP	900	R\$11,920
117	14.1.40045 - PEG 4.000 5 G	SCHE	1.200	R\$2,500
118	14.1.40048 - ACETATO DE DEXAMETASONA 1 MG/G - 10 G	BIS	3.000	R\$1,919
119	14.1.40049 - ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150 MG/ML – 1ML	AMP	600	R\$13,290
120	14.1.40050 - ACETATO DE METILPREDNISOLONA 40 MG/ML – 2 ML	AMP	400	R\$22,927
121	14.1.40051 - ACETILCISTEÍNA 20 MG/ML - 120 ML	FR	1.000	R\$4,810
122	14.1.40052 - ACETILCISTEÍNA 40 MG/ML - 120 ML	FR	1.000	R\$7,333
123	14.1.40053 - ACICLOVIR CREME 50 MG/G - 10 G	BIS	2.300	R\$2,937
124	14.1.40057 - ALENDRONATO SÓDIO 70 MG	CP	6.000	R\$0,256
125	14.1.40058 - AMBROXOL 15 MG/5ML -120 ML	FR	1.000	R\$2,774
126	14.1.40059 - AMBROXOL 30 MG/5ML - 120 ML	FR	1.000	R\$3,497

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU**

CNPJ: 44.563.583/0001-34

Fls. Nº

Secretaria Municipal de Compras

127	14.1.40060 - AMINOFILINA 100 MG	CP	3.000	R\$0,327
128	14.1.40061 - AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 250 MG/ML + 62,5 MG/ML - 75 ML	FR	1.000	R\$11,580
129	14.1.40062 - AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG	CP	12.000	R\$1,140
130	14.1.40063 - AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	CP	3.000	R\$2,957
131	14.1.40064 - AMOXICILINA 250 MG/5 ML - 150 ML	FR	2.000	R\$5,037
132	14.1.40070 - ATENOLOL 100 MG	CP	15.000	R\$0,147
133	14.1.40071 - ATENOLOL 50 MG	CP	3.000	R\$0,137
134	14.1.40072 - ATORVASTATINA CALCICA 20 MG	CP	3.000	R\$0,189
135	14.1.40073 - AZITROMICINA 200 MG/5 ML - 600 MG	FR	3.000	R\$11,840
136	14.1.40074 - BECLOMETASONA SPRAY 250 MCG	FR	600	R\$22,749
137	14.1.40075 - BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML -120 ML	FR	1.000	R\$5,977
138	14.1.40076 - BESILATO DE ANLODIPINO 2,5 MG	CP	3.000	R\$0,546
139	14.1.40077 - BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG	CP	20.000	R\$0,069
140	14.1.40078 - BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG	CP	30.000	R\$0,032
141	14.1.40079 - BETAMETASONA 0,5MG/G + GENTAMICINA 1MG/G - 30G	BIS	400	R\$7,118
142	14.1.40080 - BETAMETASONA 0,64MG/G + CETOCONAZOL 20MG/G + NEOMICINA 2,5MG/G - 30G	BIS	800	R\$5,097
143	14.1.40081 - BETAMETASONA, DIPROPIONATO 5MG/ML + BETAMETASONA, FOSFATO DISSODICO 2MG/ML	AMP	6.000	R\$4,362
144	14.1.40082 - BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG	CP	40.000	R\$0,364
145	14.1.40083 - BROMETO IPRATROPIO EM GOTAS 0.25MG/ML - 20 ML	FR	150	R\$1,423
146	14.1.40084 - BUDESONIDA 32 MCG	SPRAY	1.200	R\$15,020
147	14.1.40085 - BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 10 MG	CP	15.000	R\$0,553
148	14.1.40086 - BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 10 MG + DIPIRONA 250MG	CP	20.000	R\$0,307
149	14.1.40087 - BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 6,77 MG/ML + DIPIRONA 333,4 MG/ML - 20 ML	FR	2.000	R\$5,915
150	14.1.40092 - CARISOPRODOL 125MG + DICLOFENACO SÓDIO 50MG + CAFEÍNA 30MG + PARACETAMOL 300MG	CP	10.000	R\$0,243
151	14.1.40093 - CARVEDILOL 3,125 MG	CP	15.000	R\$0,094
152	14.1.40094 - CASTANHA DA ÍNDIA 300 MG	CP	18.000	R\$0,603
153	14.1.40095 - CEFALEXINA 250 MG/5 ML - 100 ML	FR	1.500	R\$10,723
154	14.1.40096 - CEFTRIAXONA 500 MG IM/IV	AMP	600	R\$15,967
155	14.1.40098 - CETOCONAZOL 20 MG/G - 30 G	BIS	800	R\$6,017
156	14.1.40099 - CETOCONAZOL 200 MG	CP	8.000	R\$0,523
157	14.1.40100 - CIANOCOBALAMINA 5.000 MCG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100 MG + NITRATO DE TIAMINA 100 MG	AMP	3.000	R\$12,930
158	14.1.40102 - CILOSTAZOL 50 MG	CP	18.000	R\$0,289
159	14.1.40104 - CINARIZINA 75 MG	CP	20.000	R\$0,467
160	14.1.40105 - CIPROFIBRATO 100 MG	CP	6.000	R\$0,247
161	14.1.40106 - CIPROFLOXACINO 500 MG	CP	20.000	R\$0,230
162	14.1.40108 - CLARITORMICINA 500 MG	CP	3.000	R\$1,933
163	14.1.40109 - CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 50 ML SPRAY NASAL	FR	1.500	R\$1,363
164	14.1.40110 - CLORIDRATO DE AMIODARONA 100 MG	CP	35.000	R\$0,395
165	14.1.40111 - CLORIDRATO DE AMIODARONA 200 MG	CP	25.000	R\$0,393
166	14.1.40116 - CLORIDRATO DE DILTIAZEN 30 MG	CP	4.000	R\$0,202

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU**

CNPJ: 44.563.583/0001-34

Fls. Nº

Secretaria Municipal de Compras

167	14.1.40117 - CLORIDRATO DE DILTIAZEN 60 MG	CP	18.000	R\$0,271
168	14.1.40119 - CLORIDRATO DE FEXOFENADINA 180 MG	CP	1.200	R\$1,036
169	14.1.40121 - CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML-10 ML	FR	1.500	R\$1,667
170	14.1.40122 - CLORIDRATO DE NEBIVOLOL 5 MG	CP	3.000	R\$0,520
171	14.1.40123 - CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4 MG	CP	12.000	R\$0,264
172	14.1.40124 - CLORIDRATO DE PROPAFENONA 150 MG	CP	3.000	R\$0,493
173	14.1.40126 - CLORIDRATO DE TIAMINA 300 MG	CP	10.000	R\$0,289
174	14.1.40127 - CLORTALIDONA 12,5 MG	CP	5.000	R\$0,108
175	14.1.40128 - CLORTALIDONA 25 MG	CP	15.000	R\$0,203
176	14.1.40129 - CLORTALIDONA 50 MG	CP	10.000	R\$0,208
177	14.1.40130 - COLAGENASE 0,6U/G - 30 G	BIS	400	R\$17,830
178	14.1.40131 - COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G - 30 G	BIS	400	R\$13,000
179	14.1.40133 - CUMARINA 15 MG + TROXERRUTINA 90 MG	CP	1.080	R\$0,382
180	14.1.40134 - CUMARINA 5 MG/ML + HEPARINA 50 UI/ML - 240 ML CREME	FR	400	R\$76,363
181	14.1.40135 - DELTAMETRINA 0,2MG/ML -100 ML SHAMPOO	FR	400	R\$4,914
182	14.1.40137 - DESLORATADINA 0,5 MG/ML	FR	1.500	R\$5,956
183	14.1.40138 - DEXAMETASONA 0,1 MG/ML- 120 ML	FR	600	R\$2,747
184	14.1.40139 - DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG	CP	8.000	R\$0,049
185	14.1.40140 - DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML - 3 ML	AMP	3.000	R\$0,970
186	14.1.40142 - DICLORIDRATO DE FLUNARIZINA 10MG	CP	1.500	R\$0,097
187	14.1.40143 - DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL LP 0,75 MG	CP	990	R\$3,087
188	14.1.40144 - DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL LP 1,5 MG	CP	990	R\$6,063
189	14.1.40145 - DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA 35MG	CP	900	R\$0,716
190	14.1.40146 - DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA LP 80MG	CAP	900	R\$5,480
191	14.1.40148 - DIMENIDRATO 25 MG/ ML + PIRIDOXINA 5MG/ML - 30 ML	FR	600	R\$8,867
192	14.1.40149 - DIMENIDRINATO 50 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 10MG	CP	10.000	R\$0,790
193	14.1.40155 - ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4 ML	SERIN	12.000	R\$13,487
194	14.1.40156 - ESOMEPRAZOL DE MAGNESIO 20 MG	CP	6.000	R\$0,753
195	14.1.40157 - ESOMEPRAZOL DE MAGNESIO 40 MG	CP	6.000	R\$1,380
196	14.1.40158 - ESPIRONOLACTONA 25 MG	CP	20.000	R\$0,219
197	14.1.40159 - ESPIRONOLACTONA 50 MG	CP	20.000	R\$0,332
198	14.1.40162 - FERRIPOLIMALSTOSE 100 MG	CP	600	R\$0,946
199	14.1.40167 - HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 10 MG	CP	15.000	R\$0,299
200	14.1.40168 - HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 2,5 MG	CP	15.000	R\$0,251
201	14.1.40169 - HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5 MG	CP	25.000	R\$0,317
202	14.1.40170 - HEPARINA SÓDICA SOLOÇÃO INJETAVEL 5.000 UI / 0,25 ML	AMP	6.000	R\$5,983
203	14.1.40171 - HIDROGEL 30G	BIS	1.000	R\$14,898
204	14.1.40172 - HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60 MG/ML - 100 ML	FR	1.000	R\$2,753
205	14.1.40173 - HIDROXIQUINOLINA 0,4 MG/ML + TROLAMINA 140 MG/ML	FR	400	R\$15,110
206	14.1.40176 - LACTULOSE 667 MG/ML - 120 ML	FR	1.800	R\$3,957
207	14.1.40177 - LANSOPRAZOL 30 MG + CLARITROMICINA 500 MG+ AMOXICILINA 500 MG	CP	12.000	R\$1,060
208	14.1.40178 - LEVODOPA + BENSERAZIDA 100/25 MG	CAP	3.000	R\$0,973
209	14.1.40179 - LEVOFLOXACINO HEMI-HIDRATADO 500 MG	CP	3.000	R\$0,907

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU**

CNPJ: 44.563.583/0001-34

Fls. Nº

Secretaria Municipal de Compras

210	14.1.40180 - LEVOFLOXACINO HEMI- HIDRATADO 750 MG	CP	3.000	R\$0,757
211	14.1.40181 - LEVONORGESTREL + ETINILESTRADIOL 0,15 + 0,03 MG	CP	4.200	R\$0,078
212	14.1.40182 - LIDOCAINA 2% SEM VASO - 20 ML	AMP	1.000	R\$4,810
213	14.1.40183 - LIDOCAINA CLORIDRATO, GELEIA 20 MG/G - 30 G	BIS	100	R\$5,797
214	14.1.40184 - LORATADINA 1 MG/ML - 100 ML	FR	6.000	R\$3,265
215	14.1.40185 - LOSARTANA POTÁSSICA 25 MG	CP	6.000	R\$0,370
216	14.1.40186 - LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	CP	6.000	R\$0,039
217	14.1.40187 - MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML + BETAMETASONA 0,05MG/ML -120 ML	FR	3.000	R\$3,277
218	14.1.40189 - MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML -120 ML	FR	3.000	R\$3,250
219	14.1.40190 - MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG	CP	6.000	R\$0,039
220	14.1.40191 - MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG	CP	10.000	R\$0,059
221	14.1.40192 - MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG	CP	10.000	R\$0,042
222	14.1.40194 - MELOXICAM 7,5 MG	CP	20.000	R\$0,310
223	14.1.40197 - METFORMINA 500 MG XR	CP	5.000	R\$0,172
224	14.1.40198 - METILDOPA 500 MG	CP	15.000	R\$0,907
225	14.1.40199 - METRONIDAZOL CREME VAGINAL 100 MG/G - 50G	BIS	900	R\$6,907
226	14.1.40200 - MICONAZOL, NITRATO 20 MG/G - 80 G	BIS	800	R\$8,822
227	14.1.40201 - MONTELUCASTE SÓDICO 10 MG	CP	12.000	R\$0,660
228	14.1.40202 - NEOMICINA 5 MG/G + BACITRACINA 250 UI/G - 10G	BIS	3.000	R\$2,314
229	14.1.40203 - NIMESULIDA 50 MG/ML - 15 ML	FR	1.000	R\$1,848
230	14.1.40205 - NISTATINA + OXIDO DE ZINCO 100.000UI/G + 200MG/G - 60G	BIS	800	R\$7,253
231	14.1.40206 - NISTATINA 25.000 UI/G 60 G	BIS	2.000	R\$7,463
232	14.1.40207 - NISTATINA SOLUÇÃO ORAL 100.000 UI -50 ML	FR	500	R\$5,554
233	14.1.40208 - NITAZOXANIDA 20 MG/ML	FR	300	R\$7,663
234	14.1.40209 - NORETISTERONA 0,35 MG	CP	600	R\$0,222
235	14.1.40210 - ÓLEO MINERAL 100 ML	FR	1.000	R\$3,499
236	14.1.40212 - PALMITATO DE RETINOL 1000 UI/G + COLECALCIFEROL 400 UI/G + OXIDO DE ZINCO 100 MG/G	BIS	1.000	R\$3,516
237	14.1.40214 - PANTOPRAZOL SODICO 40 MG	CP	40.000	R\$0,181
238	14.1.40215 - PARACETAMOL 200 MG/ML GOTAS	FR	2.000	R\$1,697
239	14.1.40216 - PERMITRINA 5% LOÇÃO	FR	800	R\$19,133
240	14.1.40219 - PROGESTERONA NATURAL MICRONIZADA 200 MG	CAP	1.800	R\$3,297
241	14.1.40221 - RETINOL 5.500 UI/ML + COLECALCIFEROL 2.000 UI/ML	FR	1.000	R\$6,097
242	14.1.40222 - SACARATO HIDRÓXIDO FÉRRICO 20MG/ML - 5ML	AMP	5.000	R\$14,910
243	14.1.40223 - SACCHAROMYCES BOULARDII 200 MG	CAP	600	R\$1,897
244	14.1.40224 - SAIS PARA REIDRATAÇÃO (CLORETO DE SODIO 3,5G+CLORETO DE POTASSIO 1,5G + CITRATO DE SODIO 2,9 G + GLICOSE 20 G)	SCHE	5.000	R\$0,860
245	14.1.40225 - SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE 200 DOSES	FR	1.000	R\$12,793
246	14.1.40226 - SECNIDAZOL 1000 MG	CP	1.500	R\$0,877
247	14.1.40228 - SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG	CP	6.000	R\$0,293
248	14.1.40229 - SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG	CP	12.000	R\$0,477

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU**

CNPJ: 44.563.583/0001-34

Fls. Nº

Secretaria Municipal de Compras

249	14.1.40230 - SULFAMETOXAZOL 200 MG+ TRIMETOPRIMA 40 MG/5 ML	FR	1.000	R\$3,283
250	14.1.40232 - SULFATO FERROSO 125 MG/ ML GOTAS	FR	1.500	R\$0,976
251	14.1.40233 - TACROLIMO 1 MG CREME	BIS	50	R\$1,590
252	14.1.40235 - TRIANCINOLONA HEXACETONIDA 20MG/ ML 5ML	AMP	800	R\$108,250
253	14.1.40236 - TROPICAMIDA 1% -5 ML	FR	100	R\$16,793
254	14.1.40237 - VALSARTANA 80 MG	CP	3.000	R\$0,397
255	14.1.40240 - FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 3 MG/ML	FR	1.000	R\$4,896
256	14.1.40242 - LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	CP	45.000	R\$0,320
257	14.1.40243 - MELOXICAM 15 MG/1,5 ML	AMP	3.000	R\$5,477
258	14.1.40246 - TACROLIMO 1 MG	CP	2.000	R\$1,590
259	14.1.40303 - ACIDO ASCORBICO 100 MG/ML - INJ	AMP	1.500	R\$0,880
260	14.1.40304 - AGUA DESTILADA ESTÉRIL 10 ML	AMP	3.000	R\$0,260
261	14.1.40305 - BROMOPRIDA 5 MG/ML - AMP 2 ML	AMP	3.000	R\$2,087
262	14.1.40306 - CETOPROFENO 50 MG/ML - AMP 2 ML	AMP	1.500	R\$1,437
263	14.1.40307 - CETOPROFENO 100 MG PÓ LIÓFILO P/ INJ	FR	1.500	R\$4,080
264	14.1.40308 - CIANOCOBALAMINA 5000 MG +PIRIDOXINA 100 MG + TIAMINA 100 MG	CP	600	R\$2,667
265	14.1.40309 - CIMETIDINA 150 MG/ML - AMP 2 ML	AMP	1.500	R\$1,720
266	14.1.40310 - CIPROFLOXACINO 0,3 MG/ML -COLIRIO	FR	600	R\$22,047
267	14.1.40311 - CLOMIFENO 50 MG	CP	600	R\$5,756
268	14.1.40312 - CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML	FR	3.000	R\$3,960
269	14.1.40313 - CLORETO DE SODIO 0,9 % 250 ML	FR	3.000	R\$6,507
270	14.1.40314 - CLORETO DE SODIO 0,9% 500 ML	FR	3.000	R\$4,920
271	14.1.40316 - CLORETO DE SODIO 0,9% AMP 10 ML	AMP	3.000	R\$0,343
272	14.1.40317 - COLECALCIFEROL 5.000 UI	CP	20.000	R\$0,630
273	14.1.40318 - COLECALCIFEROL 7.000 UI	CP	30.000	R\$0,863
274	14.1.40319 - CREVAGIM TINIDAZOL 30 MG + NITRATO DE MICONAZOL 20 MG -CREME VAGINAL 40 G	TB	1.000	R\$19,297
275	14.1.40320 - CURCUMA 500 MG	CP	25.000	R\$3,079
276	14.1.40321 - DESLORATADINA 5 MG	CP	30.000	R\$0,267
277	14.1.40322 - DESOGESTREL 75 MCG	CP	12.000	R\$0,206
278	14.1.40323 - DEXAMETASONA 0,1 % - COLIRIO	FR	600	R\$9,183
279	14.1.40324 - DEXAMETASONA 2 MG/ML AMP 2,5 ML	AMP	3.000	R\$0,880
280	14.1.40325 - DEXAMETASONA 4 MG/ML AMP 2,5 ML	AMP	3.000	R\$1,274
281	14.1.40326 - DEXLANSOPRAZOL 60 MG	CP	7.800	R\$3,830
282	14.1.40328 - DIMENITRATO + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (50+50)MG/ML IM	AMP	3.000	R\$10,620
283	14.1.40329 - DIPIRONA 500 MG/ML - 2 ML	AMP	6.000	R\$0,683
284	14.1.40330 - ESTRIOL 1 MG/ G	BIS	800	R\$16,720
285	14.1.40331 - EZETIMIBA 10 MG	CP	1.800	R\$0,583
286	14.1.40332 - GLICOSE 50% AMP 10 ML	AMP	400	R\$1,197
287	14.1.40333 - GYNAZOLE 1 - NITRATO DE BUTOCONAZOL 20 MG/H CREME VAGINAL 5G	BIS	600	R\$26,070
288	14.1.40334 - IBUPROFENO 100 MG/ML - 30 ML	FR	5.000	R\$4,303
289	14.1.40335 - ISOSSORBIDA 40 MG	CP	12.000	R\$0,506
290	14.1.40336 - MANITOL 20 % 250 ML	FR	600	R\$11,577
291	14.1.40337 - METFORMINA 850 MG XR	CP	5.000	R\$1,095
292	14.1.40338 - METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML - 2 ML	AMP	500	R\$0,933

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. Nº
	Secretaria Municipal de Compras	

293	14.1.40339 - MINOXIDIL 50 MG/ML SOLUÇÃO CAPILAR 50 ML	FR	800	R\$26,100
294	14.1.40340 - N-BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML AMP	AMP	500	R\$1,910
295	14.1.40341 - N-BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA (4+500MG/ML) AMP	AMP	3.000	R\$2,520
296	14.1.40342 - OXIDO ZINCO + GLICERINA (PASTA D'AGUA)	FR	600	R\$10,679
297	14.1.40343 - POLIVITAMINICO AZ VITAMINAS E MINERAIS	CP	900	R\$0,052
298	14.1.40344 - POLIVITAMINICO AZ VITAMINAS E MINERAIS PEDIATRICO	FR	600	R\$9,543
299	14.1.40345 - PROMETAZINA 50 MG/2ML	AMP	200	R\$3,702
300	14.1.40346 - SACUBITRIL + VALSARTANA 24/26 MG	CP	6.000	R\$6,183
301	14.1.40347 - VITAMINAS DO COMPLEXO B, SOLUÇÃO INJETAVEL, VIT: B1,B2,B6,B12 E PP	AMP	1.500	R\$1,391

3 – PLANEJAMENTO DE QUANTITATIVO ESTIMADO

As quantidades mencionadas neste Termo de Referência são de acordo com a demanda média de pacientes assistidos pela Atenção Básica do exercício de 2024/2025. Saliento que as quantidades e os medicamentos solicitados variam de ano para ano, em vista disto a Secretaria de Saúde, através dos responsáveis pelo setor de Farmácia, utilizou de valor médio/estimado.

4 – JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Saúde, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, necessita realizar a aquisição contínua e regular de medicamentos alopáticos, visando garantir o pleno atendimento da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito da Rede Municipal. A presente licitação tem por objeto a aquisição de medicamentos alopáticos destinados às Unidades de Saúde do Município de Ipauçu/SP, com o objetivo de assegurar a continuidade e a regularidade da assistência farmacêutica oferecida à população.

A aquisição dos medicamentos é essencial para o tratamento de diversas patologias e para a manutenção dos serviços de atenção básica e especializada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A demanda decorre da necessidade de reposição de estoques e da impossibilidade de atendimento integral das prescrições médicas com os quantitativos atualmente disponíveis, em virtude do aumento de demanda do contrato anterior e do consumo contínuo dos itens.

A opção pela realização de processo licitatório na modalidade de Ata de Registro de Preços (SRP) encontra amparo nos artigos 6º, inciso XLII, e 82 da Lei nº 14.133/2021, os quais disciplinam o Sistema de Registro de Preços como instrumento adequado para a aquisição de bens de consumo de forma parcelada e conforme a demanda da Administração. Tal mecanismo assegura maior economicidade, eficiência e previsibilidade às contratações públicas, permitindo a padronização das aquisições, a obtenção de preços mais vantajosos e a melhoria na gestão dos recursos públicos.

Ademais, a contratação observa os princípios previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da isonomia, planejamento, eficiência, interesse público e da seleção da proposta mais vantajosa, garantindo, assim, o cumprimento dos direitos constitucionais de acesso universal e igualitário à saúde, conforme dispõe o artigo 196 da Constituição Federal.

O documento também está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 especialmente quanto ao planejamento da contratação, à definição precisa do objeto e à observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e publicidade. Dessa forma, a abertura do presente processo licitatório visa assegurar o abastecimento contínuo da rede municipal de saúde, a adequada aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das políticas de saúde pública, prevenindo desassistência e garantindo o atendimento digno e eficaz à população usuária do SUS.

Diante do exposto, justifica-se a abertura de novo processo licitatório para aquisição de medicamentos alopáticos, com o objetivo de restabelecer os estoques da Farmácia Municipal e garantir o atendimento integral e ininterrupto às necessidades da rede municipal de saúde

5 – PRAZO DO CONTRATO

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

A vigência será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

6 – PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

A prorrogação poderá acontecer desde que comprovado preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

7 – FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei 14.133/2021 e decretos municipais.

8 – DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de medicamentos alopáticos destinados ao atendimento da Rede Municipal de Saúde, abrangendo tanto a atenção básica quanto os serviços especializados, de modo a garantir o tratamento contínuo, seguro e eficaz dos pacientes.

Todos os medicamentos alopáticos a serem adquiridos devem possuir registro obrigatório junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), garantindo sua qualidade, eficácia e segurança, e seu fornecimento está sujeito às normas sanitárias e legais aplicáveis, inclusive quanto à produção, armazenamento, transporte e prescrição, quando aplicável.

A contratação abrangerá o fornecimento dos medicamentos dentro das especificações técnicas exigidas, em quantidades compatíveis com a demanda mensal e anual do Município, evitando desabastecimento e assegurando a continuidade terapêutica dos pacientes. O fornecimento deverá ocorrer de forma programada e controlada, respeitando os prazos e condições técnicas necessárias, especialmente para medicamentos sujeitos a controle especial. Adicionalmente, a contratação possibilitará a formalização de contrato contendo cláusulas específicas de reajuste de preços, garantias de entrega e penalidades em caso de descumprimento, promovendo maior segurança jurídica e administrativa à gestão pública.

A licitação será conduzida de maneira a assegurar ampla concorrência, favorecendo a obtenção de preços justos, a transparência do processo e a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Dessa forma, a contratação atende ao interesse público, garantindo o fornecimento regular e contínuo de medicamentos alopáticos, com qualidade assegurada, em conformidade com as normas legais e técnicas, promovendo a saúde da população e a racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

9 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atender de forma adequada às necessidades da Rede Municipal de Saúde, a contratação dos medicamentos alopáticos deve observar os seguintes requisitos:

Legais e Regulatórios

- Todos os medicamentos devem possuir registro válido junto à ANVISA, conforme legislação vigente. • O fornecedor deve comprovar regularidade fiscal e trabalhista, incluindo certidões negativas e inscrição no CNPJ.
- O fornecedor deve estar em conformidade com a legislação municipal, estadual e federal, incluindo a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).
- Os medicamentos sujeitos a controle especial devem atender às exigências da Portaria SVS/MS sobre medicamentos controlados, incluindo armazenamento, transporte e prescrição controlada.

Técnicos

- Os medicamentos devem atender às especificações técnicas indicadas no edital, incluindo forma farmacêutica, dosagem, prazo de validade mínimo de dois anos e composição.
- O fornecedor deve garantir que os produtos respeitem as normas de Boas Práticas de Fabricação (BPF).
- Todos os medicamentos devem estar acondicionados e rotulados conforme as normas da ANVISA, incluindo bula e informações obrigatórias de composição, contra-indicações e armazenamento.
- Os medicamentos devem ter prazo de validade compatível com a demanda prevista, de modo a evitar perda por vencimento.

Fornecimento

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. Nº
	Secretaria Municipal de Compras	

- O fornecimento deve ocorrer de forma programada e contínua, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde.
 - O transporte e armazenamento devem respeitar as condições de temperatura e umidade adequadas para cada medicamento, incluindo medicamentos controlados.
 - O fornecedor deve garantir entrega nos prazos acordados, com possibilidade de acompanhamento e conferência pela administração municipal.
 - Deve haver procedimento de substituição ou reposição imediata em caso de entrega de produto fora das especificações. Contratuais e Administrativos
 - O contrato deve prever cláusulas de reajuste de preços, garantias de fornecimento e penalidades em caso de descumprimento.
- O fornecedor deve apresentar relatórios periódicos de fornecimento, estoque e validade dos medicamentos.
- O fornecedor deve disponibilizar atendimento técnico e suporte em caso de dúvidas sobre os medicamentos fornecidos.
 - O processo licitatório deve assegurar ampla concorrência, transparência e observância dos princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência).

10 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Gestora: Karla Daiane Gianetti, Secretária Municipal da Saúde.

Fiscal: Juliana Telles de Oliveira, Chefe de Departamento de Unidade Básica de Saúde.

11 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PRAZO DE PAGAMENTO	O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativas, contendo os materiais que foram entregues e/ou os serviços executados, devidamente atestadas pelo (a) Fiscal(a) do contrato ou Ata de Registro de Preços, comprovante de recolhimento dos encargos sociais.
--------------------	---

12 – CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os medicamentos constantes neste termo deverão ser adquiridos conforme solicitações expedidas pela Secretaria Requisitante, no prazo de 07 (sete) dias úteis, após o recebimento da Nota de Empenho. O prazo poderá ser prorrogado, mediante apresentação de justificativa e solicitação formal enviada a secretaria requisitante que realizará a análise e eventual deferimento.

Constatadas irregularidades na prestação do objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da unidade requisitante, no prazo de 7 (sete) dias úteis, a partir da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença na quantia, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Nas hipóteses acima citadas, caberá à contratada arcar com todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto deste processo licitatório, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, frete, embalagem, etc.

13 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. Nº
	Secretaria Municipal de Compras	

A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e neste Termo de Referência.

A empresa contratada deverá relatar à administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento do objeto ou prestação do serviço;

A empresa contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A empresa contratada deverá responsabilizar-se pela liberação junto aos órgãos MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, com relação ao fornecimento/execução do objeto;

Será de responsabilidade total da empresa contratada para prestação dos serviços objeto deste procedimento, a integral e perfeita execução do objeto ora contratado, conforme definição do respectivo termo de referência, devendo ser atendidas todas as disposições legais pertinentes e vigentes;

A contratada responderá administrativa, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais, pessoais e morais ocasionados, à esta Administração Pública Municipal e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, devendo comunicar imediatamente, por escrito, a esta Administração, através de documento formal, qualquer anormalidade verificada, inclusive às de ordem funcional.

A Contratada obriga-se a:

1. Fornecedor de contato oficial

Disponibilizar, no ato da assinatura do contrato, endereço eletrônico (e-mail) oficial e válido para recebimento de empenhos, autorizações de fornecimento, notificações e demais comunicações formais, responsabilizando-se pelo acompanhamento diário da caixa de entrada, não podendo alegar desconhecimento das solicitações regularmente encaminhadas.

2. Confirmação de recebimento

Confirmar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, o recebimento dos empenhos ou autorizações de fornecimento encaminhados por meio eletrônico.

3. Cumprimento dos prazos

Efetuar a entrega dos medicamentos conforme especificações técnicas, marca adjudicada, prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais atrasos injustificados.

4. Desabastecimento pelo fabricante

Em caso de descontinuidade, falta de fabricação ou desabastecimento comprovado pelo fabricante do medicamento adjudicado:

- Comunicar formalmente o fato à Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após ciência;
- Apresentar documentação comprobatória emitida pelo fabricante ou distribuidor oficial; o Solicitar formalmente a substituição da marca por outra equivalente.

5. Substituição de marca

A substituição somente poderá ocorrer:

- Mediante solicitação formal da Contratada;
- Desde que o medicamento possua o mesmo princípio ativo, concentração, forma farmacêutica, via de administração e padrão de qualidade equivalente;
- Com comprovação de regularidade sanitária perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- Após autorização expressa do Fiscal do Contrato ou autoridade competente.

14 – CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Menor preços por item

15 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.649.202,616

16 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação ocorrerá através de recurso informado pelo setor competente, mediante autorização e ciência do Secretário da Pasta.

17 – LOCAL DE ENTREGA

Os produtos deverão ser entregues no endereço no Centro de Saúde III Dr. “Felippe Miguel” Rua Sete de Setembro, 651 – Centro, nos seguintes horários: 07:30 às 10:30 e 13:30 às 16:30 horas, impreterivelmente no setor de Farmácia.

18 – GARANTIA

Não será exigido garantia.

19 – DO REAJUSTE DE PREÇO

Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução total como pactuado. O procedimento de atualização dos Preços Registrados serão de acordo com previsto na Lei Federal nº 14.133 e no Decreto Municipal nº 513/2023, 22/03/2023.

20 – JUSTIFICATIVA PARCELAMENTO OU NÃO OBJETO

Considerando a natureza dos medicamentos controlados e a necessidade de garantir tanto a regularidade do tratamento dos pacientes quanto o rigor no controle de estoque, verifica-se que o parcelamento da entrega se mostra a forma mais adequada e vantajosa para a administração pública. O fornecimento de forma parcelada possibilita um melhor acompanhamento das quantidades recebidas e utilizadas, reduzindo riscos de vencimento dos produtos, desperdícios e falhas no controle sanitário, além de otimizar a gestão do espaço físico de armazenamento nas unidades municipais de saúde.

Outro aspecto relevante é que o parcelamento das entregas favorece a programação orçamentária e financeira do município, uma vez que permite a realização dos pagamentos de forma escalonada, alinhando-se ao fluxo de caixa da administração. Além disso, assegura que eventuais ajustes na demanda – ocasionados por variações epidemiológicas ou mudanças em protocolos clínicos – possam ser contemplados ao longo da vigência contratual, evitando a aquisição de medicamentos em excesso ou em desuso.

Por fim, o fornecimento parcelado fortalece a relação contratual, uma vez que o acompanhamento periódico das entregas possibilita a fiscalização contínua da qualidade e do cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor, aumentando a segurança jurídica e garantindo maior eficiência no atendimento à população. Dessa forma, conclui-se que a entrega parcelada é a alternativa mais adequada para a aquisição de medicamentos controlados, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e segurança, sem comprometer a continuidade da assistência farmacêutica no âmbito da rede municipal de saúde.

21 – CONTROLE DE EXECUÇÃO

O controle de execução do contrato será realizado pelo fiscal de contrato, conferindo e atestando se a Contratada está fornecendo o item em conformidade com este Termo de Referência.

22 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. Nº
	Secretaria Municipal de Compras	

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 Em casos que o licitante praticar infrações administrativas prevista nesta Lei, serão aplicadas aos responsáveis as seguintes sanções:

- **advertência;**
- **multa;**
- **impedimento de licitar e contratar e**
- **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.**

Serão consideradas na aplicação das sanções a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A sanção de ADVERTÊNCIA, será aplicada exclusivamente em casos de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Em casos de aplicação de MULTA será aplicado o valor de 10% do contrato licitado e será aplicada ao responsável por quaisquer infrações previstas no Art.156 da Lei 14.133/21.

Especificamente em casos de atrasos no cumprimento do prazo de entrega, estará a vencedora sujeita a aplicação de multa com percentuais específicos, sempre relativas ao valor do contrato limitados ao valor de 30% do valor total do contrato.

Atraso de até 10 dias, multa de 0,50% ao dia.

Atraso de 11 a 20 dias, multa de 0,75% ao dia.

Atraso superior a 20 dias, multa de 1% ao dia.

Tratando-se de aplicação de IMPEDIMENTO DE LICITAR ou contratar com a Administração Pública, será aplicada ao responsável quando cometer infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII previstas no Art.155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Municipal direta e indireta pelo máximo de 03 (três) anos.

Por fim, em casos de DECLARAÇÃO DE INIDONIEDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR será aplicada ao responsável quando cometer infrações previstas nos incisos VII, IX, X, XI e XII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IX, V, VI e VII previstas no Art.155 da Lei 14.133/21, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a aplicação de impedimento de licitar com a Administração. Ficará o responsável impedido de licitar ou contratar com todos os entes federativos da administração pública direta ou indireta, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. Importante reforçar que a aplicação desta penalidade será precedida de análise jurídica bem como observada as regras do §6º do Art.156 da Lei 14.133/21.

Conformidade com o marco legal anticorrupção. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução da contratação, será objeto de

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fis. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas Lei Federal nº 14.133/2021.

Os procedimentos necessários para aplicação das sanções serão realizados conforme Regulamento Municipal

Será garantido a ampla defesa e contraditório.

Competência para aplicação de sanções em caso de irregularidades contratuais.

Ao Órgão Gerenciador.

Aplicar as penalidades decorrentes:

- a) de infrações no procedimento licitatório;
- b) do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações.

Ao Órgão Participante:

Aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

Autonomia.

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

Os procedimentos necessários para aplicação das sanções serão realizados conforme Regulamento Municipal.

Ipauçu, 20 de Março de 2026.

Karla Daiane Gianetti
Secretária Municipal de Saúde

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

ANEXO II

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°
PREGÃO ELETRÔNICO N° 21/2026 – Protocolo Administrativo n° 5827/2026**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU, com sede na Rua Washington Luiz, 819, Centro, CEP:18950-025, Ipaussu-SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° 44.563.583/0001-34, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. _____, nos termos do art 82 da Lei Federal n° 14.133/21, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n°**/2026 tipo menor preço, RESOLVE registrar os preços da empresa **Detentora da Ata:** *****, CNPJ/MF n°.*****, com sede a *****, representado por *****, ****, portadora do RG:***** e do CPF: ***, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, Decretos Municipais n° 509, 511, 512, 513, 515, 516, 518, 526, 527/2023 e demais decretos necessários, publicados em 13 de abril de 2023 no Diário Oficial de Ipaussu, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para eventuais aquisições de medicamentos alopáticos com a finalidade de atender a demanda da Secretaria de Saúde pelo período de 12 meses, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIT	QTD	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

2.2. As despesas decorrentes da presente aquisição onerarão os seguintes recursos orçamentários, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2024 na classificação abaixo:

- U.O - 02.08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
- U.E - 02.08.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- F.P - 10.301.0208.2034 – ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
- C.E - 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
- FICHA - 200 - RECURSO - PRÓPRIOS
- FICHA - 201 - RECURSO - ESTADUAL
- FICHA - 202 - RECURSO - FEDERAL

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** será a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4.2. Vedação a acréscimo de quantitativos - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, permitida a prorrogação por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/23 e art. 71, § 1º do Decreto nº 513/2023, de 22/03/2023.

5.1.1. No ato da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo ser indicado expressamente pelo setor requisitante o prazo de prorrogação e quantitativo renovado. Art. 72 do Decreto 513/2023, de 22/03/2023.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.3.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.

5.3.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.3.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.3.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.3.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.4. O registro a que se refere o item 5.3.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.3.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, art. 71, §4º, Inciso III do Decreto nº 513/2023, nas seguintes hipóteses:

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. Nº
	Secretaria Municipal de Compras	

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.6, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas. Art. 75, §1º, Inciso III do Decreto nº 513/2023.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso. (Decreto nº 513/2023).

7.1.6. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.1.7. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

7.1.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7. (Decreto nº 513/2023).

7.1.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do edital e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.10. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1.5 e no item 7.1.6, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.1.11. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO CANCELAMENTO AS ATA OU DOS PREÇOS REGISTRADOS (Artigos: 78 e 79, Decreto nº 513/2023)

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, conforme art. 78, Decreto nº 513/2023, quando o fornecedor:

8.1.1. For liberado;

8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese desde se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.5. Não aceitar o preço revisado pela Administração.

8.2. A ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Órgão Gerenciador:

8.2.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

8.2.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

8.2.3. Por fato superveniente, decorrente de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

8.2.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. No caso de cancelamento da ata ou registro de preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2024, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.1. As sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, também se aplicam aos remanescentes no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos, local para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. Nº
	Secretaria Municipal de Compras	

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*

Observação: Além da assinatura do presente Termo de Ciência e Notificação, no ato da assinatura contratual, para atendimento das instruções do TCESP, fica a empresa obrigada a apresentar a Declaração de Atualização Cadastral do proprietário da empresa junto ao CadTCESP: link <https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp>

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU
COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ:, com sede na....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de seu representante legal, portador do CPF:....., abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que é considerada:

microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 21/2026** da Prefeitura Municipal de Ipauçu- SP.

Local e data

Representante Legal

(Observação: colocar a declaração em papel timbrado da empresa licitante)

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

ANEXO V
DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)

Ao MUNICÍPIO DE IPAUSSU-SP

Pregão Eletrônico nº 21/2026 – Objeto: Registro de preço para eventuais aquisições de medicamentos alopáticos com a finalidade de atender a demanda da Secretaria de Saúde pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referência.

A Empresa , devidamente inscrita no CNPJ nº , com endereço na Rua , nº , CEP:..... na cidade de Estado do..... , por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a)..... , inscrito (a) no CPF nº e RG nº ,DECLARA expressamente:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- f) A inexistência de quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Ipauçu ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- g) Que não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- h) Que está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- i) Que a empresa conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fis. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

j) Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

k) Que todos os medicamentos devem possuir registro válido junto à ANVISA, conforme legislação vigente.

... de de

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU CNPJ: 44.563.583/0001-34	Fls. N°
	Secretaria Municipal de Compras	

ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL – LICITANTE VENCEDOR

***Proposta Readequada a ser enviada pelo licitante que apresentar a melhor proposta, finda a fase de lances, no sistema eletrônico.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 21/2026 PROTOCOLO ADM Nº 5827/2026 PROPOSTA COMERCIAL	
OBJETO: Registro de preço para eventuais aquisições de medicamentos alopáticos com a finalidade de atender a demanda da Secretaria de Saúde pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referência.	
PROPONENTE: C.N.P.J: ENDEREÇO: TELEFONE:	
EMAIL:	

Item	Produto	Unid.	Qd. Cot.	Valor Unit.	Valor Total	Marca
	TOTAL					

Declaramos conhecer e aceitar as condições específicas e gerais desta licitação e comprometemo-nos a prestar os serviços pelo preço unitário proposto, totalizando o valor de R\$. (...).

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data de apresentação da mesma.

Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato:

Nome Completo:.....

Cargo:.....

RG:CPF:.....

Email:.....

Email para envio dos empenhos:

_____, ____ de _____ de _____

Representante legal
CPF: